

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ/CE**

**Declaro serem autênticas as
fotocópias carregadas a esta
petição, de acordo com o art.
425, inciso IV do Novo
Código de Processo Civil.**

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO FILHO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identificação (R.G.) nº. 2008490994-8, devidamente inscrito no C.P.F. sob o nº. 070.526.303-70, residente e domiciliado no Sítio Cipual, Zona Rural – Viçosa do Ceará/CE, Cep. 62300-000, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos, procuração anexa, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT**

, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 76, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, Cep. 20.031-205, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

1. DOS FATOS

01. Conforme narra o boletim de ocorrência nº 570-1119/2017, anexo, o Requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 23 de maio de 2017, quando trafegava pela Zona Rural da presente comarca.

02. Como consequência do evento, o requerente adquiriu uma debilidade da função do Membro superior direito, resultado de fratura no punho direito, conforme Relatório Médico expedido pelo **Dr. Regis Monte Freire**, na ficha de referência.

03. Com isso, Excelência, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, a Requerente encaminhou o pedido administrativo perante a parte Requerida a fim de receber os valores definidos na aludida lei federal, no seu art. 3º, "II", com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa em virtude das sequelas oriundas do grave acidente.

04. **A INVALIDEZ DO REQUERENTE, MESMO SENDO EVIDENTE PELOS DOCUMENTOS APRESENTADOS, A SEGURADORA NA VIA ADMINISTRATIVA, NO DIA 10/08/2018, NEGO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO.**

05. Com isso, resta por demais demonstrados nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente do Requerente, sendo questionada nesta oportunidade somente a ilegalidade do não pagamento na via administrativa.

06. Ocorre Exa., que o valor a ser pago ao requerente, não foi realizado pela seguradora, mesmo sendo previsto pela legislação reguladora do Seguro DPVAT, de tal modo que o beneficiário devesse ter direito.

07. Tal prática posta em efeito pela Requerida é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

08. Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004 - SUSEP, que se encontra atualmente e, vigor, o seguinte, *in verbis*:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4...
--

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

09. A Requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

10. Demonstrando mais claramente o **princípio da solidariedade**, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

11. Nesse sentido, é o pacífico entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

STJ: “AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7.

- A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no **complexo**, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes.

- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.

- “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.” (STJ-3ª Turma. AgRg no Ag 751535 / RJ ; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0048090-6. Min. Rel. HUMBERTO GOMES DE BARROS. j. 24/08/2006. DJ 25.09.2006 p. 268).

STJ: DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. VEÍCULOS IDENTIFICADOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.

A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. Recurso especial conhecido e provido. (STJ-4ª Turma. REsp 602165 / RJ ; RECURSO ESPECIAL 2003/0191609-9. Min. Rel. CESAR ASFOR ROCHA. J. 18/03/2004. DJ 13.09.2004 p. 260)

12.

Logo, indubitosa a legitimidade passiva da Requerida!

3. DO DIREITO

DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

13.

§1º, o seguinte:

Aduz a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, no seu art. 5º,

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal

aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos;

14. Desta forma, a presente exordial está devidamente instruída com o Boletim de Ocorrência, do acidente, Ficha de Atendimento Ambulatorial, Relatório Médico de Avaliação de Invalidez Permanente e demais fichas médicas, que comprovam o nexo entre as lesões sofridas pelo requerente e o acidente de trânsito.

15. Por sua vez, o art. 4º, §3º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º (...)

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

16. Uma vez comprovada à existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pelo Requerente oriundas do referido acidente, outra opção não restava a seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, **nos limites fixados pela lei.**

17. Referida lei ordinária federal, com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, no seu art. 3º, “II”, determina que:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

18. Ressalta-se que o valor da indenização a ser pago, deve também cumprimento à tabela legal, atualmente prevista em Lei, o que não se verificava anteriormente. Portanto, apenas se requer o cumprimento da lei, determinando que sejam atendidas as disposições legais.

19. Desta forma, as sequelas suportadas pelo requerente, oriundas do acidente de trânsito, tornam frente à legislação, evidente o valor da indenização a ser pago, uma vez que verificada a irreversibilidade de sua saúde normal. Vale observar a Tabela abaixo, que determina o quantum a ser pago de invalidez.

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	25
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	10
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

20. Ademais, verifica-se que a norma utiliza uma forma taxativa de quantificar as sequelas existentes, atribuindo a cada órgão ou membro um valor, no mínimo abstrato, uma vez que é impossível, no caso em tela, por exemplo, precisar que o requerente não sofreu lesão grave e irreparável em seu membro superior direito, que venha inclusive a comprometer toda a função.

21. Neste sentido, resta patente que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até a quantia de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, e levando-se em conta a aplicação da tabela acima, é fácil constatar que o requerente é merecedor de uma indenização de, no mínimo, **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**, uma vez que, para tais sequelas se atribui 25% (vinte e cinco por cento) do valor total.

22. Com isso, as sequelas que o requerente sofreu, decorrentes do acidente de trânsito, tendo que se submeter a procedimentos cirúrgicos, caracteriza-se como invalidez permanente, conforme foram reconhecidas pelos atendimentos e relatórios médicos (Docs. Anexo). Desta forma, a incapacidade do requerente o torna credor da quantia total indenizável, ao menos nos termos que determina a Lei vigente.

23. É imperioso destacar, ao fato de que a inexistência de Auto de Exame de Corpo de Delito ou Laudo Pericial no processo, não afasta o direito à indenização devida, já que é pacífica a jurisprudência dos tribunais, que a simples comprovação do nexo causal entre as sequelas e o acidente, mediante processo administrativo, já é suficiente para a constatação de invalidez.

24. Exa., instrui a exordial, Laudo Médico em que se constata as sequelas que o Requerente possui, após a realização de perícia médica, restando assim inequívoca a qualidade de inválido do Requerente. Portanto, trata-se aqui apenas de matéria de direito, onde deve ser analisada a legalidade do ato normativo quantificador do instituto DPVAT.

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE LAUDO E DE EXAME DE CORPO DE DELITO. INCOERÊNCIA. O Laudo do Instituto Médico Legal não se faz imprescindível para a análise do caso em tela. (...) (Recurso Cível. Proc. Nº 2007.0029.9881-3/1. 2ª Turma Recursal dos Juizados Cíveis e Crimais do Estado do Ceará, Rel. Mário Parente Teófilo Neto)”

25. A seguradora Líder, por meio do sistema de acompanhamento do processo administrativo, informo o requerente (Doc. Anexo), no dia 10 de agosto de 2018, que seu pedido foi cancelado, não realizando assim o devido pagamento da indenização, mesmo este atendendo a todos os requisitos de obtenção do seguro pleiteado.

26. Dessa forma, levando-se em conta toda a documentação que compõe a presente lide, é cristalino que o requerente é credor do valor de **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**, nos termos do art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, ou seja, a seguradora agiu de forma contrária ao que determina a legislação vigente, haja vista que o requerente comprova todos os requisitos de beneficiário do seguro.

27. Evidente assim o principal objeto da presente lide, que é a busca pelo correto pagamento do seguro, alicerçado juridicamente pelo entendimento acima exposto.

28. Por tais fundamentos, Excelência, constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, pelo que se espera seu pleno reconhecimento.

DO DANO MORAL

29. O Código Civil, normatiza a reparabilidade dos danos, causados por atos ilícitos, oriundos da ação, omissão, imprudência ou negligência do agente. Estando tais atos definidos pelo art. 186:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

30. Não obstante o artigo supra, o dever de indenizar é mesmo disciplinado pelo art. 927 do Código Civil de 2002.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

31. Então, o caráter indenizatório visa, precipuamente, amenizar, se é que isso é possível, as consequências do dano, sejam elas psíquicas ou econômicas.

32. Desta feita, existem circunstâncias em que o ato lesivo afeta a personalidade do indivíduo, a sua honra, seu bem-estar íntimo, seu brio, amor próprio, enfim, sua individualidade. Todavia, a reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma pecúnia, alvitrada pelo juiz, que possibilite ao lesado uma tentativa de satisfação compensatória da sua dor íntima.

33. A ilustre civilista, Maria Helena Diniz, se manifestou sobre o tema:

“A reparação do dano moral cumpre, portanto, uma função de justiça corretiva ou sinalagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatórias da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo a sua situação econômica, a sua intenção de lesar, a sua imputabilidade etc.”

34. Assim sendo, ante o caso em questão, evidencia-se que o patrimônio moral do requerente foi realmente ofendido e merece uma reparação.

Embora a indenização não consiga desfazer o ato ilícito, não restam dúvidas de que possui um caráter paliativo e consolador.

35. O ato da Seguradora/requerida, mesmo diante de todas as medidas tomadas pelo requerente durante o processo administrativo, quedou-se em submeter esta a uma situação de estresse constante, indignação e constrangimento, se negando assim a realizar a reparação do dano em detrimento do que preconiza a lei vigente, não restando outra alternativa senão valer-se do judiciário para a obtenção de sua pretensão.

DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

36. Tendo em vista a natureza do direito e demonstrando espírito conciliador, o requerente desde já, nos termos do art. 334 do NCPC/2015, manifesta interesse em auto composição, aguardando a designação de audiência de conciliação.

DA JUSTIÇA GRATUÍTA

37. Inicialmente, REQUER, a V.Exa., sejam deferidos os benefícios da **gratuidade da justiça**, com fulcro na Lei 1.060/50 c/c os arts. 98 e ss do NCPC/2015, por não terem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de seus filhos, conforme declaração de pobreza que instrui a exordial.

4. DOS PEDIDOS

38. Ante todo o exposto, vem a parte Requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

- a) PRELIMINARMENTE, o benefício da justiça gratuita, por não ter condições de arcar com as custas processuais e demais despesas oriundas do presente feito, conforme declaração em anexo;

- b) Designação de audiência conciliatória, com a consequente citação/intimação da Requerida para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena das cominações legais;
- c) Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a Promovida ao pagamento do valor a que tem direito a parte Autora, no valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, correspondente ao valor máximo indenizável, tudo consoante ao que determina a tabela anexa à Lei nº 6.194/74;
- d) A condenação da parte Requerida em danos morais, no valor de **R\$10.000,00 (dez mil reais)**, referente aos danos causados a Requerente;
- e) A condenação da parte requerida em honorários advocatícios, em não menos que 20% (vinte por cento).

Requer e Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, com documentos juntos, testemunhas a serem arroladas posteriormente, juntada posterior de documentos e demais que se fizerem necessárias para o deslinde do feito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.375,00 (treze mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Pede e Espera Deferimento.

Viçosa do Ceará/CE, 22 de novembro de 2019.

p.p. Dr. Carlos Antonio Brito de Oliveira
OAB/CE nº 31.972

Dr. Nathaniel Mendes de Vasconcelos
OAB/CE nº 34.325.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" E "ET EXTRA"

OUTORGANTE(S): João Batista de Araújo Filho,
brasileiro(a), solteiro (estado civil), agricultor (profissão),
portador (a) da cédula de identificação RG nº 200.8490994-8,
devidamente inscrito no CPF sob nº 070.526.303-70, residente e
domiciliado no Sto Cipriano
Viçosa do Ceará.

OUTORGADO(S), CARLOS ANTONIO BRITO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE sob o Nº 31.972 e NATHANIEL MENDES DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 34.325, ambos com escritório situado à Rua Padre José Beviláqua, nº 022, Bairro Centro, Viçosa do Ceará/CE, CEP 62300-000.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado, o outorgado acima qualificado, para o fim de representá-la com amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium" e "et extra", em qualquer Fórum ou Tribunal, órgão ou instância administrativa Federal, Estadual ou Municipal, podendo propor contra quem de direito as ações cabíveis e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta na pessoa de outrem, com ou sem reservas de iguais poderes dando tudo por bom, firme e valioso.

Viçosa do Ceará/CE, 08 de Outubro de 2015.

João Batista de Araújo Filho
(nome)
CPF nº 070.526.303-70

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA KODENOR DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO MORAL E PESSOAS BIOMÉTRICAS

Polgar Direito

João Batista de Araújo Filho

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008490994 - 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/05/2013

NOME
JOÃO BATISTA DE ARAUJO FILHO

FILIAÇÃO
JOÃO BATISTA DE ARAUJO
ROSA HELENA DOS SANTOS LIMA

NATURALIDADE
SOBRAL - CE DATA DE NASCIMENTO 24/11/1996

DOC. ORIGIN: CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: LAMBEDOURO TERMO: 7203 FOLHA: 347
LIVRO: 08 VIÇOSA DO CEARÁ - CE

1 VIA

ASSINATURA DO DETENTOR

P.: 13

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
070.526.303-70

Nome
JOAO BATISTA DE ARAUJO FILHO

Nascimento
24/11/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Nº DO CLIENTE
2176922-2
 Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002
Companhia Energética do Ceará
 Rua Padre Valdevino, 150
 CEP 60135-040 | Fortaleza CE
 CNPJ 07042251/0001-70 | CGF 06.105.848-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 29 31142 01 008500 - 8 520806215
 Nome JOAO BATISTA DE ARAUJO Data de Emissão 11/04/2018
 End. Postal ST CIPUAL 000000
 LESTE - VICOSA CEARA - 62300000
 Medidor 9558507 Poste 0000 0000
 Classe 04-RURAL 01-AGROPECUARIA MONOFASICO
 RG / CPF / CNPJ 00000000000062605883 CGF
 Nome do Responsável

DATAS
 Mês de Referência Abr/2018
 Data de Apresentação 11/04/2018
 Previsão Próxima Leitura 11/05/2018

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO
 Veja a legenda no verso desta conta.
 Conjunto VICOSA DO CEARA
 Mês Fev/2018
 DICI = 0,00 P
 EUSD 11,18

ICMS
 Base de Cálculo (R\$) ISENTO
 Aliquota
 Valor do Imposto

Padrão Individual			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC 5,31	10,62	21,25	0,00	0,00	0,00
FIC 3,23	6,47	12,95	0,00	0,00	0,00
DMIC 3,83			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL
 E703.2441.3045.FA30.0EFD.5AB4.0F33.5A93

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (KWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/KWh)	Valor (R\$)
FP 13340	13273	1,00	67	0,00	67	0,35081	23,63
11/04/18	12/03/18		30 DIAS		67		23,63

VALOR CONSUMO DO MES
 ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL
 COB. SALDO FATURA ANTERIOR
 2,70
 31,19

VENCIMENTO 11/05/2018 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 57,52

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	11,04
Transmissão	1,10
Distribuição	7,49
Encargos Setoriais	2,59
Tributos (PIS, COFINS)	1,41
TOTAL	23,63

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

81	67	71	82	100	82	107	80	83	78	74	78
Mar	Mar	Fev	Jan	Dez	Nov	Out	Set	Ago	Jul	Jun	Ma

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.	Compensação kg (CO ₂)	Consciência Ecológica (%CO ₂)
Emitido kg (CO ₂)	23,96	0,00

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO (ENCERTE): Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 34,71. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 90 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

DÉBITOS ANTERIORES

Mês/Ano	Valor
11/2008	11,22
12/2008	13,80
02/2009	9,69

Consta desta fatura R\$ 1,41 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS: 1,08% e COFINS: 4,94%
 (Lei nº 9.990 de 1995 - ANEEL e Lei nº 10.637 de 2002 e 10.639 de 2002)
 Para este mês a bandeira será verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais informações em www.aneel.gov.br

Declaração de Residência

(Lei nº 7.115/53)

Eu, João Batista de Araújo Filho, abaixo assinado, brasileiro(a), estado civil solteiro, profissão agricultor, portador(a) do RG nº 3008490994-8 SSP/CE e CPF nº 070.526.303-70 filho de pai João Batista de Araújo e mãe Rosa Helena dos Santos Lima DECLARO, para os devidos fins, conforme artigo 1º da Lei 7.115/83, que sou residente e domiciliado na Sítio Cipuadê, nº 5A, bairro rural, na cidade de Vicosa do Ceará - _____, ponto de referência (próximo à) _____.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Vicosa do Ceará - CE, 08/10/2018.

João Batista de Araújo Filho

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu João Batista de Araújo Filho
 nacionalidade brasileiro, estado civil solteiro
 profissão agricultor, RG nº 2008490994-8 SSP/CE
 CPF nº 070.526.303-70, residente e domiciliado(a) na
Sítio Cipriano, nº , bairro unoll
 na cidade de Vigora do Ceará, venho por meio desta, Declarar, nos
 termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para todos os fins de direito, que
 não possuo condições financeiras de arcar com o pagar com o pagamento de custas
 processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais sem prejuízo próprio
 e familiar, vindo requerer perante este Nobre Juízo, os benefícios da Justiça Gratuita
 sob as penas da Lei.

Declaro ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso
 inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplina no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Vigora - Ce, 08 de Outubro de 2018.

João Batista de Araújo Filho

Assinatura



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 570 - 1119 / 2017

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **12/07/2017 09:07:25**
Data / Hora da Ocorrência: **23/05/2017 15:00:00**
Endereço da Ocorrência: **SITIO CARAUBAS**
Complemento:
Bairro:
Município: **VICOSA DO CEARA/CE**
Ponto de Referência:



Noticiante(s)

Nome: **JOÃO BATISTA DE ARAUJO FILHO**
Nascimento: **24/11/1996** CPF: **070.526.303-70**
RG: **2008490994** Orgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**
Filiação: **ROSA HELENA DOS SANTOS LIMA**
JOÃO BATISTA DE ARAUJO
Endereço: **SITIO CIPOAL**
Bairro: **ZONA RURAL** CEP: **62.300-000**
Município: **VICOSA DO CEARA/CE**
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 9268-0754**

Histórico

O NOTICIANTE AFIRMA QUE AO CONDUZIR O VEÍCULO HONDA/CG150 FAN ESDI, ANO 2014, VERMELHA, PLACA ORU 5710, CHASSI 9C2KC1680ER512377, DE PROPRIEDADE DE JOSE SILVA DE SOUSA, ENVOLVEU-SE EM ACIDENTE DE TRANSITO, QUANDO AO PASSAR POR UM AREAL, PERDEU O CONTROLE DO VEÍCULO, CHEGANDO O MESMO A CAIR AO CHÃO, FICANDO COM LESÕES CORPORAIS CONFORME OS DOCUMENTOS EM ANEXO. ESTE B.O. É PARA FINS DE DPVAT.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE VICOSA DO CEARA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

SERGIO HENRIQUE OLIVEIRA FERREIRA - MAT.: 300265-1-9

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

João Batista de Araújo Filho

VISTO DO DELEGADO(A):

GREGORIO JOSE DE OLIVEIRA NETO - MAT.: 198805-1-6

Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) ▾ CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma segu 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180286804 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOAO BATISTA DE ARAUJO FILHO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MARIA GECINEIDE FERREIRA NOBRE COR. SEGUROS EIRELI




BENEFICIÁRIO JOAO BATISTA DE ARAUJO FILHO

CPF/CNPJ: 07052630370

Posição em 10-08-2018 08:12:52

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu proce

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
08/08/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/6i+GG4UWKytqbj7I1UYtPw==/QthJGxu2Yh3rapi_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvcRINRBfC15ITFHjVryYRvo=)
27/06/2018	Interrupção de Prazo	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/LFom7WVJM85bkZOcwR3qcw==/mLeUKMapi_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvcRINRBfC15ITFHjVryYRvo=)
26/06/2018	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/x2nSZoCwfiVjvND1a4ePA==/CiPuVRbBx4api_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvcRINRBfC15ITFHjVryYRvo=)

ACESSIBILIDADE

 (/Pages/Acessibilidade.aspx)
  (/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
 Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
 Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
 Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Tiongue



FICHA DE REFERÊNCIA

mãe: Rosa Helena dos Santos Lima



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS / CEARÁ 329 300 30909

Unidade de Origem: _____

Distrito Sanitário: _____

Município: _____

Nome: João Batista de Araújo Filho Prontuário Nº: _____
 Sexo: ☒ M ☐ F Data de Nascimento: 29/11/1996 Ocupação: _____
 Endereço: St. Cipriano
 Bairro: _____ Município: Vigama-ces Fone: _____

Motivo do Encaminhamento: Acidente motorveicular +
fratura (cominuta) pulso Dn.

Resultado do(s) Exame(s):

Ex: Fratura proximal radial +
luxação

Conduta já Realizada:

Impressão Diagnóstica: Fratura pulso Dn.

Prova
 Fatima Cinyra Sã P. da Cunha
 CPF: 768.617.763-15
 SECRETARIA DE SAÚDE

Assinatura do Encaminhante - N° Registro
Dr. Regis Monte Freire
 CLÍNICA MÉDICA - 13.516

Função

Data

Hora

AGENDAMENTO

Encaminhamento para Atendimento:

☐ Ambulatorial

☐ Hospitalar

☐ Auxílio Diagnóstico

Procedimento:

Profissional:

Unidade de Referência:

Assinatura do Encaminhante - N° Registro

Função

Data

Hora

FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA(*)

Unidade de Referência:

Município:

Prontuário Nº

Data da Alta:

Resumo Clínico / Cirúrgico:

Confere com Original
19/04/18
 Arquivista
 Sociedade Beneficente São Camilo

Resultado do(s) Exame(s):

Diagnóstico: Principal

CID:

Secundário 1

CID:

Secundário 2

CID:

Proposta de Consulta para seguimento:

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐ O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Consultante - N° Registro

Função

Data

Guia de atendimento - AMBULATORIO

DADOS DO PACIENTE

Identificador	Atendimento	Nome do Paciente	CNS	Guia de Autorização
174274	0010	JOAO BATISTA DE ARAUJO FILHO	160339835570008	
Documento(s)	CPF: 070.526.303-70	Estado Civil	Sexo	
		Solteiro(a)	Masculino	
Data de Nascimento	Local	Idade		
24/11/1996	SOBRAL/CE	20 Ano(s)		
Pai	Mãe			
JOAO BATISTA DE ARAUJO	ROSA HELENA DOS SANTOS LIMA			
Endereço	Bairro	CEP	Município	UF
SITIO CIPOAL, SN	ZONA RIURAL	62300-000	VICOSA DO CEARA	CE
Profissão	Empresa	Cônjuge	Telefone	
ESTUDANTE			88 96693526	
Responsável	CPF do Responsável	Endereço	Município	UF
JOAO BATISTA DE ARAUJO FILHO		SITIO CIPOAL, SN	VICOSA DO CEARA	CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento	Hora	Convênio	Matrícula	CID
20/06/2017	07:40	SUS		
Profissional do Atendimento	CRM/UF	Tipo Atendimento		
DANILLO CONSERVA ARRUDA	16409/SP	RETORNO		
Indicador de Acidente	Funcionário			
	RENARA AGUIAR FONTENELE			

Observação

Data/Hora Liberação	Tipo de Saída
___/___/___ às ___ hs.	() Alta () Internação () Óbito

Dados Vitais

Peso (kg)	Altura (cm)	T (°C)	P (bpm)	R (mpm)	PA (mmHg)

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

Confere com Original
19/04/18
Arquivista
Sociedade Beneficente São Camilo

Ex. nota de lib. (D)

Ex. encaminhado

cf. fch. lura

Dr. Danilo Conserva Arruda
ORTOPEDIA E TRAUMA
CRMCE 16409

DANILLO CONSERVA ARRUDA - CRM: 16409

Expendido - 04
Gessado 15 - 01

20 06 17

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: JOAO BATISTA DE ARAUJO

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000, Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br

DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)

Processo nº: **0050431-71.2019.8.06.0182**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **João Batista de Araujo Filho**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Expedientes Necessários.

Viçosa do Ceará (CE), 26 de março de 2020.

Fabio Rodrigues Sousa
Juiz de Direito Respondendo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000,
Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br Viçosa do Ceará

CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0050431-71.2019.8.06.0182**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Batista de Araujo Filho**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Senhor(a) Representante Legal do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Fabio Rodrigues Sousa**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site www.tjce.jus.br informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Viçosa do Ceará/CE, 30 de março de 2020.

Sérgio Ricardo Pacheco Lessa Castro

Técnico Judiciário – mat 130

Provimento n.º 1/2019 da CGJ



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000, Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosaj@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0050431-71.2019.8.06.0182**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Batista de Araujo Filho**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 30/03/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Defiro a gratuidade judiciária. Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica. Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial. Expedientes Necessários."

Viçosa do Ceará/CE, 30 de março de 2020.